

# DINÂMICAS DE OCUPAÇÃO DA REGIÃO DO RIO ITUQUI/PARANÃ DO MAICÁ, SANTARÉM/PA: 8000 ANOS ATÉ O PRESENTE



Anne Rapp Py-Daniel  
*Universidade Federal do Oeste do Pará*  
E-mail: [annerpd1@gmail.com](mailto:annerpd1@gmail.com)  
<https://orcid.org/0000-0002-5919-452X>

Eliane Cantarino O'Dywer  
*Universidade Federal Fluminense; Universidade Federal do Oeste do Pará*  
E-mail: [elianeantropologia@gmail.com](mailto:elianeantropologia@gmail.com)  
<https://orcid.org/0000-0003-0523-188X>

Claide de Paula Moraes  
*Universidade Federal do Oeste do Pará*  
E-mail: [claide29@gmail.com](mailto:claide29@gmail.com)  
<https://orcid.org/0000-0002-3562-0029>

Cíntia dos Santos Moreira  
*Universidade Federal do Maranhão*  
E-mail: [csmoreira23@gmail.com](mailto:csmoreira23@gmail.com)  
<https://orcid.org/0009-0009-9238-2264>

Rafaela dos Santos Pinto  
*Arqueóloga do Quilombo de Murumurutuba*  
E-mail: [rafaelapinto20171@gmail.com](mailto:rafaelapinto20171@gmail.com)  
<https://orcid.org/0009-0007-0883-6573>

Elaine do Santos Pinto  
*Arqueóloga do Quilombo de Murumurutuba*  
E-mail: [elaineapolo2018@gmail.com](mailto:elaineapolo2018@gmail.com)  
<https://orcid.org/0000-0002-1993-970X>

## RESUMO

A partir de um estudo em andamento na região do Rio Ituqui e o Paranã do Maicá, município de Santarém/PA, queremos refletir sobre as distintas evidências de ocupações encontradas, remetendo a 8000 anos de ocupação. Ademais, vemos as ocupações quilombolas atuais como peças chaves para repensar alguns conceitos pré-estabelecidos: comunidade versus território; referências históricas; a dinâmica da várzea, etc. Propõe-se que a cronologia tradicionalmente empregada para a arqueologia Amazônica seja revista, para incluir as histórias dos quilombos. Foram utilizados tanto dados arqueológicos quanto referências históricas e levantamentos orais para aquisição dos dados.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ocupações arqueológicas e históricas; Santarém; Várzea.

Artigo recebido em: 28/04/2023.

Artigo aceito em: 29/06/2023.



## ABSTRACT

Based on an ongoing study in the region of Rio Ituqui and Paranã do Maicá, municipality of Santarém/PA, we want to reflect on the distinct evidence of occupations found, referring to 8000 years of occupation. Furthermore, we see the current *quilombola* occupations as key pieces to rethink some pre-established concepts: community versus territory; historical references; the dynamics of the floodplain, etc. It is proposed that the chronology traditionally employed for Amazonian archeology be revised to include the histories of the quilombos. Both archaeological data and historical references and oral surveys were used for data acquisition.

**KEYWORDS:** Archaeological and historical occupations; Santarém; Floodplains.

## RESUMEN

Con base en un estudio en curso en la región de Rio Ituqui y Paranã do Maicá, municipio de Santarém/PA, queremos reflexionar sobre las distintas evidencias de ocupaciones encontradas, referidas a 8000 años de ocupación. Además, vemos las ocupaciones quilombolas actuales como piezas clave para repensar algunos conceptos preestablecidos: comunidad versus territorio; referencias históricas; la dinámica de la planicie de inundación, etc. Se propone revisar la cronología empleada tradicionalmente para la arqueología amazónica para incluir las historias de los quilombos. Para la adquisición de datos se utilizaron tanto datos arqueológicos como referencias históricas y encuestas orales.

**PALABRAS CLAVE:** Ocupaciones arqueológicas e históricas; Santarém; llanura aluvial.



## Introdução

Refletir sobre o processo de ocupação amazônica é, sobretudo, tentar compreender como foram formados os distintos núcleos sociais que ocuparam essa região. A partir dos levantamentos arqueológicos pré-coloniais, pós-coloniais e atuais percebe-se que esta região foi constantemente ocupada ao longo de milênios, considerando especificamente o Estado do Pará podemos falar em mais de 12 mil anos (MAGALHÃES, 2019). O eixo motriz da pesquisa ora apresentada é indicar elementos diagnósticos de diferentes momentos de ocupação da região do Paranã do Maicá e Rio Ituqui e fomentar um início de análise correlacionando essas ocupações com elementos ambientais. Entendendo que este é um início de reflexão, e não um fim. Para tanto, fizemos uso de informações obtidas a partir de relatos orais, de levantamentos de campos arqueológicos, e de referências históricas e etnográficas. Ademais, queremos provocar uma reflexão sobre como as alterações feitas no ambiente pelas populações mais antigas influenciaram as mais recentes, que também continuam interagindo com o seu meio e imprimindo suas próprias marcas. Pensar as ocupações humanas na Amazônia necessita repensarmos as ocupações recentes, últimos 500 anos, como parte da história de vida da região e não como simples causadores de processos pós-deposicionais e tafonômicos. Propomos uma aproximação dos diferentes períodos arqueológicos em região amazônica, sem, portanto, ignorar discussões sobre a Diáspora Africana na Amazônia, que precisam ser feitas e necessitam, urgentemente, de estudos conduzidos com responsabilidade política (CARVALHO, 2018).

O estudo ainda está em andamento<sup>1</sup>, o levantamento arqueológico atual não selecionou períodos e os limites espaciais estão relacionados, principalmente, à memória dos atuais ocupantes associada a levantamentos prévios de arqueologia e amostragens oportunísticas em locais geograficamente estratégicos (áreas não alagáveis e menos sujeitas a remodelagens intensas pelos rios).

## O Rio Ituqui e o Paranã do Maicá

A região do Rio Ituqui e o Paranã do Maicá ganhou visibilidade internacional a partir do século XIX, quando diferentes naturalistas, como Charles F. Hartt e Joseph B. Sterre (PAPAVERO;

---

<sup>1</sup> As demandas das comunidades por retornos efetivos têm se estruturado na forma de ações colaborativas voltadas para as escolas e outros projetos de pesquisa.



OVERAL, 2011) passaram pela região e a descreveram tanto geologicamente quanto ecologicamente e, algumas poucas vezes, socialmente<sup>2</sup>. No caso da arqueologia foram os trabalhos de Anna Roosevelt (ROOSEVELT *et al.*, 1991) que colocaram o local em evidência.

Como em muitas regiões, existe uma forte correlação entre a presença dos naturalistas e o sistema escravocrata e exploratório implantado no Brasil, que ganha mais impulso a partir do século XVIII com as políticas do Marques de Pombal. Na região estudada, o ponto de apoio de diferentes naturalistas do século XIX foi uma *plantation* que, entre 1865 e 1882, foi administrada por uma família de confederados norte-americanos, os Rhomes (PAPAVERO; OVERAL, 2011), em parceria com o proprietário, o Barão de Santarém, Miguel Antônio Pinto Guimarães<sup>3</sup>. Essa mesma localidade será posteriormente comprada por um biólogo suíço, Goetfried Hagmann, e será a base para um grande número de pesquisadores advindos do Museu Paraense Emílio Goeldi e outras instituições durante o século XX (PAPAVERO; OVERAL, 2011).

Praticamente toda a região é formada por meandros do Rio Amazonas. A área de pesquisa possui aproximadamente 1790 km<sup>2</sup> repartida em áreas de várzea, várzea alta e planalto santareno (terras firmes não alagáveis). De acordo com Paxiúba *et al.* (2017 p. 2), existem quatro tipos de vegetação na região: “floresta de várzea, macrófitas aquáticas, floresta de igapó e floresta secundária (capoeira)”.

A partir da figura 1 percebe-se a extensão da área de várzea e o contraste entre as duas grandes estações do ano, o período das chuvas e o período da seca. O impacto da várzea sobre o modo de vida, os recursos disponíveis ou a previsibilidade (ou não) da mesma ainda são temas muito caros para a arqueologia no que concerne a produtividade desses locais (MORAES, 2015; SHOCK; MORAES, 2019).

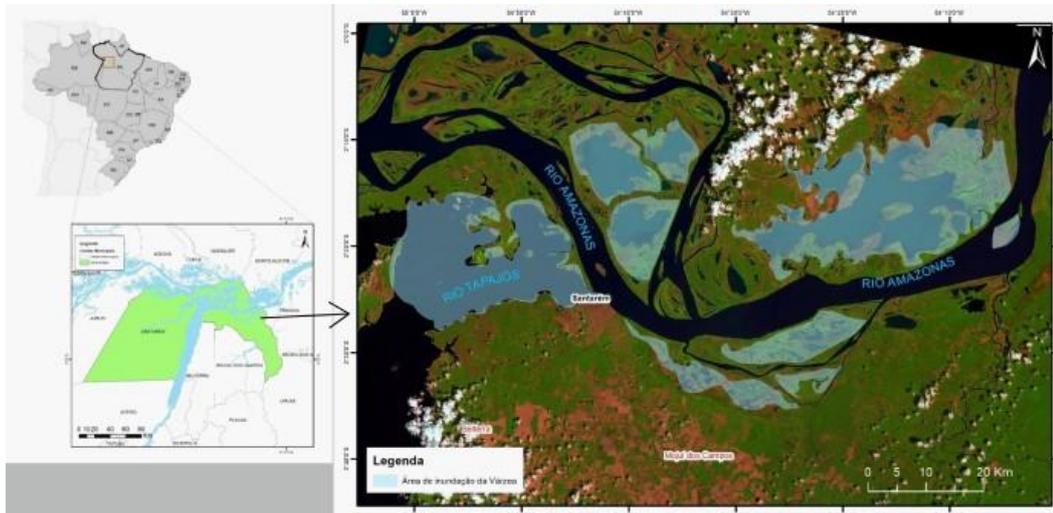
---

<sup>2</sup> A produção científica antiga e recente não chegou até a população local. Dentre todas as pessoas entrevistadas até o momento, somente D. Macionila de Oliveira, de mais de 80 anos, da comunidade de Saracura/PA, conhecia histórias sobre navios com pesquisadores que passaram pela região.

<sup>3</sup> Em 1803, uma Carta de Sesmaria foi concedida por D. Marcos de Noronha e Brito, Conde de Arcos, para outorgar a posse das terras ao sul do Paranã de Aiaia a José Joaquim Pereira do Lago (PAPAVERO; OVERAL, 2011). A fazenda foi comprada em 1804, pelo Capitão Manuel Antonio Pinto Guimarães, pai de Miguel Antônio Pinto Guimarães, agraciado com o título de Barão de Santarém em 1871 pela Princesa Isabel.



Figura 1: Localização da área de atuação e contraste entre período de cheia e seca.



Fonte: Ney Rafael Gomes Monteiro (2023).

Nossa finalidade não é entrar diretamente nessa discussão, mas é necessário mencioná-la para entendermos a importância desse ecossistema ao se considerar as escolhas para a ocupação do local: casas sobre palafitas; acesso via água durante uma época do ano e depois presença de grandes extensões de terra; falta de água para beber durante o período de seca; o fenômeno das terras caídas e terras “crescidas”<sup>4</sup>; plantios de ciclo curto; atualmente, limites da pecuária e impacto dela sobre a fauna aquática; necessidade de realocação contínua das comunidades; necessidade de gestão compartilhada dos espaços terrestres e aquáticos; a importância dos recursos aquáticos; a importância das árvores e alguns relevos para situar eventos significativos na história das comunidades, etc..

O período da cheia na região acontece entre os meses de dezembro e junho (PAXIÚBA *et al.*, 2017), nesse momento a maior parte do que é “terra” vira “água”, os pequenos lagos e furos ficam ligados, formando uma grande massa de água praticamente contínua (figura 1). Entretanto, como será apresentado, a seca é o período que parece “reger” os locais de ocupação na várzea do Rio Itiqui. O acesso à água para beber fica limitado durante esse período. Nesse momento o trajeto feito via fluvial passa a ser a pé, por moto ou bicicleta.

A discussão sobre a interligação das sociedades humanas e seus ambientes vem sendo abordada desde os anos 1950 em diferentes partes do mundo, na maior parte das vezes o eixo

<sup>4</sup> O fenômeno das terras caídas é conhecido nos rios de água branca em função dos grandes desmoronamentos de barrancos que levam parte da floresta ou das casas próximas. A queda é causada pela instabilidade do solo associada à movimentação da água. As “terras crescidas” – termo utilizado localmente – se refere ao acúmulo de sedimento transportado pelos rios.



condutor dessas reflexões estava voltado para sustentabilidade (URUSHIMA; DE JONG, 2019, p. 9). Na Amazônia, praticamente todos, que buscam trabalhar com o histórico das ocupações amazônicas, reconhecem a necessidade de se entender, minimamente, os tipos de interações que as sociedades estabeleceram com o ambiente para apreender como elas mesmas se desenvolveram e suas respectivas escolhas culturais (WATLING *et al.*, 2018; MORAES, 2015), sem, portanto, cair nos equívocos do determinismo ambiental dos anos 1950, 1960 e 1970. Associada a esses estudos é, constantemente, considerada a capacidade da floresta de produzir alimentos (MORAES, 2015), mas, como aponta Carvalho (2018) as plantas presentes em quintais não possuem funções exclusivamente alimentícias, elas também podem servir para fins medicinais e/ou de proteção.

É significativo apontar que, historicamente, o estudo de períodos recentes pela arqueologia dita histórica se manteve distante de projetos voltados para compreensão da interação dos humanos com o meio ambiente, entendendo que haveria uma distância, quase intransponível, entre eles (SOUZA; COSTA, 2018). Enquanto que, dentro da academia a relação humanos-natureza parece evidente para períodos antigos, anteriores ao contato com os europeus nas Américas (SOUZA; COSTA, 2018, p. 2-3). Essa barreira foi criada durante décadas, seus alicerces construídos sobre as premissas de que a natureza ou o ambiente “selvagem” estavam conectados à “pré-história” e ao “primitivo” (SOUZA; COSTA, 2018). Na Amazônia esses termos foram empregados para as sociedades que possuíam concepções de mundo diferentes do ocidental, gerando, portanto, um embasamento científico falso para o racismo. Como aponta Tavares (2017, p. 74-75) a incompreensão dos tipos de ocupações na Amazônia (e o racismo) levaram, inclusive, o governo a não considerar os impactos positivos das populações não ocidentais sobre o ambiente onde vivem, isso em períodos muito recentes, durante e após a ditadura ou mesmo no processo de criação de unidades de conservação a partir dos anos 1980s.

Todavia, novas perspectivas estão se abrindo onde o “domínio completo” das sociedades humanas (principalmente ocidentais) sobre o ambiente não é mais assumido (SOUZA; COSTA, 2018, p. 3). Callon (1986 apud SOUZA; COSTA, 2018), dentre outros, vem apontando para impossibilidade de se ter ambientes culturais completamente distanciados da natureza e que ao considerar esse elemento se compreende muitos processos de desapropriação e deslocamentos ao longo da História (SOUZA; COSTA, 2018, p. 7). Como apontam Souza e Costa (2018) discussões sobre o Antropoceno também vêm forçando essas mudanças de paradigmas. Edgeworth (2018, p. 36) enfatiza que a arqueosfera, entendida por ele como unidade estratigráfica global de solos alterados por humanos, não pode ser vista como completamente humana, pois,



interage com todas as esferas da terra (atmosfera, hidrosfera, geosfera, biosfera e tecnosfera). Ademais, apesar do autor elencar um grande número de impactos extremamente negativos, ele também salienta a possibilidade de os impactos humanos auxiliarem essas diferentes esferas, o exemplo por ele adotado é o da terra preta amazônica (TPA) como local de enriquecimento de solo. A influência proporcionada pela transformação da arqueosfera vai, para o autor, além dos seus produtores imediatos, tanto animais quanto humanos que venham a ocupar áreas previamente alteradas também terão que viver com essas mudanças, pois, muitas delas não podem ser evitadas e não retornam ao seu estado “natural”.

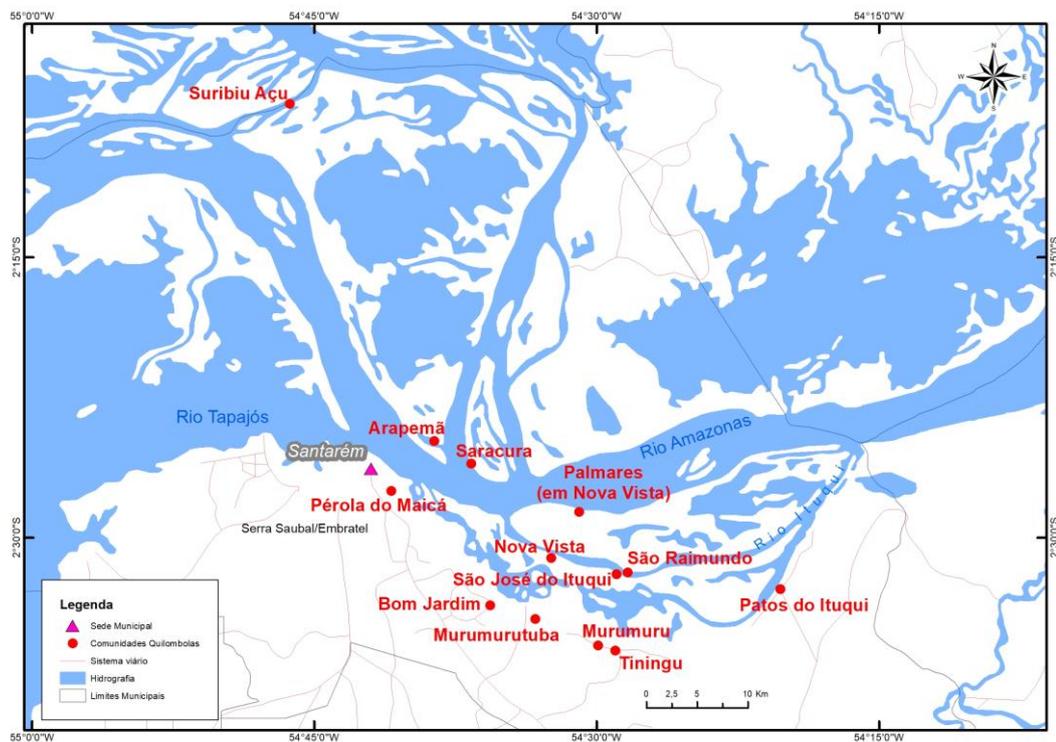
Carvalho (2018), ao estudar os últimos 100 anos de ocupação na região do rio Guaporé (Rondônia), vem evidenciando a construção das paisagens entorno das casas quilombolas, a elaboração do espaço indo muito além de uma necessidade alimentícia e incluindo uma ampla gama de composições botânicas voltadas para proteção e saúde. Considerando estas observações, nos pareceu coerente que, para tecer um relato histórico mais compreensível das ocupações atuais ou antigas, seria necessário analisar os processos através de prismas similares aos que estão sendo utilizados pela arqueologia amazônica nos últimos trinta anos, ou seja, adotando algumas premissas da Ecologia Histórica e considerando o fator ambiental. Apesar da Ecologia Histórica não ser a única vertente teórica vigente na região, ela vem permitindo reflexões sobre a necessidade de se trabalhar com populações humanas no meio ambiente no qual elas estão inseridas (BALÉE, 2002).

Outrossim, as diferentes hipóteses e propostas sobre a vida Amazônica em períodos anteriores ao contato, possuem eco na região em períodos pós-contato: a vida na várzea (LATHRAP, 1970; MEGGERS, 1971); a importância de áreas não alagáveis próximas a áreas de várzea (o *Bluff model* de DENEVAN, 1996); o manejo de recursos aquáticos associados ao manejo florestal (MORAES, 2015); a influência da várzea na dinâmica de ocupação e mesmo destruição de vestígios ocupacionais (NEVES, 2012). A ruptura cronológica comumente proposta ao redor do ano de 1492 para o continente americano, nem sempre parece coerente, pois o processo de contato entre as sociedades exógenas e as populações indígenas não se fez de maneira homogênea, ainda hoje temos populações que escolhem não entrar em contato direto com a sociedade nacional (RAPP PY-DANIEL; MORAES, 2019). Também não há sobreposição completa de uma população pela outra, ao contrário, apesar de um número incalculável de indígenas mortos com o início do contato, houve uma longa história de interação, de troca de conhecimentos e de resistência (HARRIS, 2015). Entender esse processo e o impacto que as populações de origem africana tiveram nele é importante para fazermos uma interpretação mais realista da história da região.



Os dados obtidos até o presente apontam para ocupações de origem diversas na região. Podemos dividir os locais encontrados (ou reencontrados, no caso dos sítios arqueológicos que já eram conhecidos pelos moradores ou pela literatura) em quatro grandes categorias: sítios antigos, como os sambaquis; sítios com TPA e material cerâmico indígena; ocupações relacionadas às *plantations* do século XIX e formação inicial dos quilombos; as comunidades quilombolas e aldeias indígenas - especificamente para este artigo focaremos na presença dos quilombos, mas deve se entender que as aldeias atuais possuem territórios justapostos a vários quilombos (figura 2).

Figura 2: As 12 comunidades quilombolas do Município de Santarém - a grande maioria se situa em área de várzea.



Fonte: Ney Rafael Gomes Monteiro (2023).

## Sambaqui

Um dos sítios arqueológicos mais conhecidos do município de Santarém, o Sambaqui da Fazenda Taperinha (imagem 3) foi estudado e descrito pela primeira vez por Charles F. Hartt que constatou a origem antrópica da estrutura através da presença de fragmentos cerâmicos, ossos de animais e ossos humanos (HARTT, 1885; PAPAVERO; OVERAL, 2011). Depois, Barbosa



Rodrigues tentou fazer aproximações e interpretações sobre esse sambaqui e outras construções envolvendo conchas (RODRIGUES, 1889). Entretanto, foi Anna Roosevelt *et al.* (1991) que, 100 anos depois, de fato escavou o sambaqui e obteve datações para a estrutura entre 8025 e 7170 A.P. Além das datas antigas, esse sítio, localizado numa área de várzea alta e não alagável atualmente, ficou particularmente conhecido pela presença de material cerâmico ao longo de toda a sua estratigrafia, indicando uma das produções cerâmicas mais antigas da América do Sul (figura 3).

Fora um dos proprietários e o caseiro da Fazenda, nenhum outro comunitário quilombola entrevistado sabia da existência desse local ou de eventuais “concheiros” com vestígios humanos. Nas comunidades próximas ao sambaqui são conhecidos apenas pequenos acúmulos naturais de conchas. Na comunidade de Arapemã, na margem esquerda do Rio Amazonas também foram relatados pelos comunitários um grande número de conchas, contudo, de acordo com o Sr. Raimundo Rodrigues dos Santos, nascido na comunidade, as principais concentrações desmoronaram com a força da água e a extração de barro para as olarias de Santarém. Mais recentemente o arqueólogo Raimundo Carlos Alves encontrou um outro sambaqui no Maicá, perto da área urbana de Santarém, este ainda precisará ser descrito, mas o mesmo só é visível em momentos de grandes secas.

Romulus Rhome e os naturalistas relataram (HARTT, 1885, p. 6) que outros sambaquis teriam existido em Santarém, onde hoje é o bairro do Maicá e em diferentes municípios até a boca do Amazonas. Entretanto a exploração para fabricação de cal ainda nos séculos XIX e XX destruiu grande parte desses locais. O próprio Sambaqui de Taperinha foi parcialmente explorado para as construções das dependências da fazenda, servindo para a produção de cal.



Figura 3: Sambaqui de Taperinha, o material malacológico encontra-se relativamente bem preservado e há material cerâmico visível desde a superfície. 1 e 2 são superfícies distintas expostas do Sambaqui, enquanto 3 representa alguns fragmentos cerâmicos encontrados em superfície.



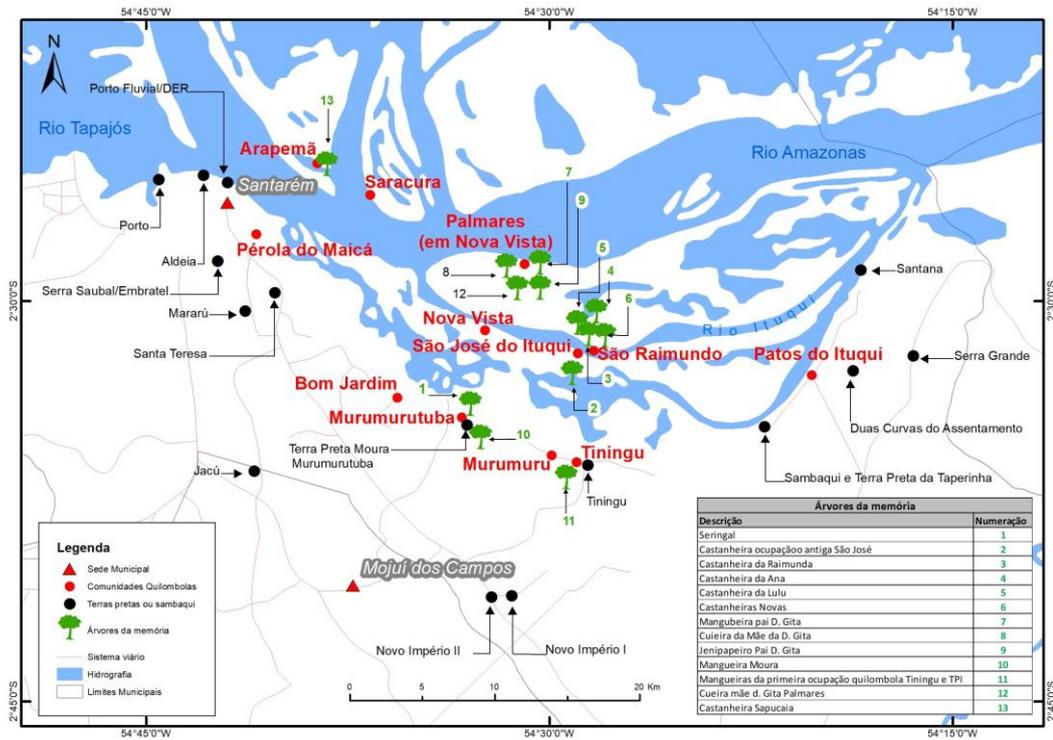
Fonte: Anne Rapp Py-Danie.(2023).

## Sítios arqueológicos com TPA

Sítios arqueológicos com TPA (ou Terra Preta de Índio) vêm sendo descritos desde o século XIX para a região (HARTT, 1885). Em todos há presença de material cerâmico desde a superfície que, na grande maioria das vezes, pode ser associado ao material chamado de Santarém ou Tapajônico, cuja produção vai do século VIII ou IX até XVIII (TROUFFLARD, 2016). Material lítico característico desta época também foi encontrado como lascas, rodela de fuso e machados polidos. Os sítios visitados, presentes na literatura e no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional estão visíveis na figura 4.



Figura 4: Localização de 11 comunidades quilombolas (a comunidade de Surubiú-Açu está mais ao norte, fora do mapa), os sítios de Terra Preta mapeados ou presentes no CNSA e algumas árvores utilizadas como pontos de memória pelas comunidades atuais.



Fonte: Ney Rafael Gomes Monteiro.

Esses locais são conhecidos pelos moradores da região que os usam ou usavam para agricultura familiar (LIMA, 2013). Alguns destes sítios forneceram material para formação de coleções particulares, como é o caso da coleção de Rhome (PAPAVERO; OVERAL, 2011). No sítio de TPA dentro da Fazenda Taperinha houve um plantio intenso de cana-de-açúcar no século XIX (HARTT, 1885). No caso da Comunidade de Tinguú, o local tido como originário da comunidade, onde teriam vivido algumas das primeiras pessoas a fugirem da Fazenda, que se casaram com mulheres indígenas autóctones (de acordo com o Sr. Benedito Mota, ex-presidente da comunidade), é marcado por uma grande mangueira que está sobre um amplo sítio de TPA com grande quantidade de material cerâmico (figura 5), ele ainda é usado hoje para agricultura familiar.



Figura 5: Material Tapaiônico e vista do Paranã do Maicá a partir do sítio de Terra Preta do Tingu.



Fonte: Anne Rapp Py-Daniel.

Na comunidade de Murumurutuba, o sítio Terra Preta do Moura possui uma grande diversidade de vestígios como cerâmicas, líticos, e indícios de ocupações recentes, como mangueiras (família *Anacardiaceae*), grandes taperebazeiros (ou cajazeiros), “mamões que nascem sozinhos” e vestígios residenciais recentes.

Ao observar a imagem 4 podemos perceber uma grande quantidade de sítios com TPA, sem considerar os locais relatados e ainda não plotados. A alta densidade de sítios aponta para uma ocupação completa de toda a região do Maicá, tanto nas margens imediatas quanto em locais mais afastados. Outra observação é que não são conhecidos sítios de TPA nas áreas de várzea, o que não significa que elas não estivessem ocupadas no mesmo período. Por fim, a localização de vários sítios ou de seus acessos mais próximos, permitiria um controle visual de grande parte do Paranã do Maicá (figuras 5 e 6).



Figura 6: Vista a partir de um dos acessos ao Sítio Terra Preta do Moura. A localização desses sítios e dos momentos iniciais das ocupações quilombolas se sobrepõem.



Fonte: Anne Rapp Py-Daniel (2023).

### **Ocupações relacionadas às *plantations* do século XIX e formação inicial dos quilombos**

A partir do século XIX se estrutura um novo tipo de ocupação na região. Como mencionado anteriormente, a presença cada vez maior de colonos portugueses no século XVIII associada a incentivos mercantilistas por parte da coroa portuguesa, levaram a implantação de fazendas de monocultura e o uso intensivo de mão-de-obra escravizada (FUNES, 1995).

Deste período identificamos uma série de vestígios extremamente importantes para a memória das populações quilombolas atuais, pois explicam, em grande parte, a presença das mesmas na região. Como exemplo temos, a construção do casarão (imagem 7) de Taperinha<sup>5</sup> associado ao espaço e ao maquinário do engenho (PAPAVERO; OVERAL, 2011). A casa foi construída seguindo características do estilo arquitetônico Neoclássico Brasileiro (HARADA, 2011,

---

<sup>5</sup> A principal construção do século XIX que ainda existe em bom estado de conservação é a casa principal (imagem 7), ela foi alterada no início do século XX para inclusão de uma torre de quase 7m a sua esquerda (Harada, 2011, p.53).



p. 53). De acordo com alguns moradores das comunidades quilombolas, o que hoje é chamado de porão era o local da senzala doméstica. Do engenho subsistem algumas peças e estruturas para manejo de água.

Figura 7: Fazenda Taperinha na atualidade e o “Cavalo do Darlan Rikker”, ambos construídos no Século XIX.



Fonte: Anne Rapp Py-Daniel e Google Earth (2023).

A presença de pessoas escravizadas também é marcada pelas intervenções na paisagem feitas a mando dos senhores das fazendas (O'DWYER; SILVA, 2020). Os dois casos mencionados nas comunidades visitadas foram: o Cavado do Darlan no rio Ituqui e a Ponta do Aterro na comunidade de Arapemã. De acordo com os comunitários entrevistados nas comunidades São José do Ituqui e São Raimundo do Ituqui (território Maria Valentina - TMV), o Cavado do Darlan (imagem 7) é um grande furo de mais de 1000m cavado manualmente na época de maior funcionamento da Fazenda Taperinha. Esse furo foi construído para permitir o escoamento da produção, permitindo um acesso direto do Paranã do Maicá para o Rio Ituqui. Esse local ainda é mantido como lembrança do que seus antepassados sofreram.

A “Ponta do aterro” de Arapemã é uma obra inacabada, de acordo com os Srs. Gilberto, Elli, Lailson e Sra. Marinalva ela foi iniciada com o intuito de que o “proprietário” e sua família pudessem atravessar o igarapé próximo à sua casa. O local ainda é marcado por uma grande árvore que, na época de cheia, serve de referência.

As comunidades que se reconhecem como quilombos no município de Santarém são divididas em três grupos: as comunidades de várzea, São José do Ituqui, São Raimundo do Ituqui, Nova Vista, Saracura, Arapemã e Surubiu-açu; as comunidades de planalto: Patos do Ituqui, Tiningú, Murumuru Murumurutuba e Bom Jardim; e urbana, Pérola do Maicá. Apesar de muitas



convergências, cada uma das comunidades possui uma história de formação particular e usam como referência histórica e cultural elementos distintos.

## **As comunidades e os territórios atuais**

Através de uma perspectiva acadêmica, pode-se observar que as comunidades quilombolas da região são definidas por pelo menos quatro grandes características: o uso de árvores como marcadores territoriais e de memória; grande dinâmica populacional relacionada ao intenso processo de transformação dos solos e processos históricos; forte relação com os vestígios fundadores das comunidades e aos eventos do século XIX; e a história da comunidade transmitida oralmente.

## **As plantas e a dinâmica do solo**

Um elemento importante para se entender a história das comunidades quilombolas atuais é a mobilidade. Tanto em Funes (1995), o trabalho mais completo sobre a história das populações quilombolas do Baixo Amazonas, quanto nos relatos atuais, são encontradas ênfases sobre a necessidade de mudanças contínuas após o início das fugas no século XIX e as dinâmicas do solo. Funes (1995) relata vários casos onde a curta permanência de algumas famílias em distintos locais estava relacionada às buscas incansáveis pelos donos das *Plantations*, o que levava os resistentes a ter e produzir o mínimo possível, pois não podiam chamar atenção nem carregar muitos objetos durante os deslocamentos.

Carvalho (2018), ao trabalhar com a dispersão de plantas em áreas de quilombo no Rio Guaporé, talvez tenha encontrado um caminho para encontrar esses contextos: as próprias plantas. É imprescindível notar que, ao contrário, das ocupações das elites, as ocupações quilombolas e indígenas não são reconhecidas por construções em alvenaria e sim por vestígios orgânicos, cerâmicos, metais e marcadores na paisagem como as árvores: castanheira-sapucaia, cacau, jutaí e mangueira, etc. Almeida (2012, p. 28) ao trabalhar com a comunidade remanescente de quilombo Mandira, também fala da importância da paisagem como parte da memória e do passado como elemento de referência.



Um aspecto interessante sobre a mangueira é que ela é asiática, só é introduzida no Brasil nos últimos 200 anos, sendo, portanto, um marcador de ocupações recentes. Carvalho (2018) aponta que as Mangueiras têm tanto importância alimentícia e de saúde quanto para proteção espiritual, sendo comum elas serem plantadas na frente das residências.

A importância das plantas para organização da memória e identificação territorial das comunidades no TMV fica particularmente visível no local conhecido como “das Castanheiras” (imagem 8). De acordo com os comunitários as três filhas de Maria Valentina Ramos, Raimunda Barata (Baoch), Lulu e Ana, levavam o gado durante o retiro para esse local e utilizavam as castanheiras como abrigo. As castanheiras-sapucaias por serem muito antigas possuem copas amplas que servem de “teto” e as casas de verão ficavam ali. Para os descendentes de Maria Valentina Ramos, essas castanheiras definem de maneira precisa os seus pertencimentos àquele território, pois indicam a história e atividades que regem o tempo nas comunidades de várzea.

Outro exemplo, a comunidade Palmares (também situada dentro do TMV) era localizada em uma porção mais afastada da várzea (“para trás”), a mudança para mais próximo da margem do Rio Amazonas vem sendo repensada, porque a terra está caindo nesse momento, enquanto que antes ela estava “crescendo”. Nesse local as principais referências dos antigos locais de habitação também são árvores, como o jenipapeiro, as castanheiras-sapucaias (*Lecythis pisonis cambess*) e *mungubeiras* (*Pseudobombax munguba*).

A comunidade de São José, segundo os moradores, também teve que se deslocar ao longo dos anos em função de processos de “crescimento” ou “queda” das terras disponíveis. O local da comunidade atual e a área de antiga ocupação (a mudança ocorreu entre 1932 e 1942) estão a mais de 650m de distância, em linha reta. Na antiga área da comunidade as castanheiras-sapucaias e cuieiras (*Crescentia cujete*) são marcadoras do local e elas continuam sendo usadas.

De acordo com Sr. Raimundo Rodrigues dos Santos, a comunidade de Arapemã foi explorada pela terra (para fazer tijolos e telhas) e a produção de cacau. A comunidade foi estruturada após uma fuga do rio Curuatinga, causada por conflitos com populações indígenas (NUNES; O'DWYER, 2011, p.74), mas como visto anteriormente o local já estava inserido na ocupação escravocrata no século XIX. Aqui também grandes árvores marcam a memória do local, a primeira é uma grande castanheira-sapucaia (imagem 8), plantada no século XIX por uma senhora escravizada, ela está em posição central na comunidade, e a segunda marca a localização da “Ponta do Aterro”, mencionada anteriormente.

Surubiu-Açu é a comunidade que se encontra mais afastada do núcleo urbano de Santarém, ela está na ilha do PAE de Aritapera/São Miguel. Como outras comunidades o local é



profundamente impactado pelas dinâmicas de formação de terra e pela presença de árvores como elementos definidores de território e memória. A Sra. Maria Domingas do Santos Ferreira, moradora mais antiga, lembra quando a comunidade ficava na área da mata (a aproximadamente 200m da comunidade atual) e que a transferência da sede se deu em função da crescente dificuldade de acesso à água a partir de 1975. De acordo com a Sra. Maria, na área de antiga ocupação ainda é possível ver: castanheiras, plantadas e usadas na época de ocupação; aterros de casas; fragmentos cerâmicos de vasos e de fornos para assar mandioca. É interessante notar que o local apesar de marcado por uma série de vestígios materiais recentes de construção e produção, teve seus espaços habitáveis e utilizáveis delimitados por árvores na memória atual.

Mesmo na comunidade quilombola mais recente, Pérola do Maicá, encontramos evidências dos deslocamentos contínuos dos comunitários e da presença expressiva de árvores frutíferas. Grande parte dos quilombolas da comunidade são oriundos de Arapemã por causa da “queda” de parte da comunidade. Apesar dessa ocupação recente o local é marcado pela alta concentração de plantas frutíferas (como cacau, jutaí, cupuaçu e mangueira), anteriores às ocupações conhecidas, mas que serviram de grande atrativo, como relatado pela Sra. Ofelia Miranda de Sousa.

As comunidades ou territórios quilombolas têm se estruturado a partir de um território comum e da história de resistência compartilhada por todos. Por exemplo, as comunidades Nova Vista, São José do Ituqui, São Raimundo do Ituqui e Palmares, inclusas no TMV, se relacionam à própria pessoa de Maria Valentina, matriarca originária da qual muitos descendem e que teria vindo da Fazenda Taperinha.

A comunidade quilombola de Saracura tem como “marco fundador” a vinda de Sara, benzedeira e curandeira renomada originária da comunidade quilombola de Bom Jardim. A primeira missa inaugural teria sido em 1945, com a morte de Sara e a inauguração da igreja. O local da antiga residência da benzedeira hoje alaga no período das chuvas, mas é marcado por uma grande árvore e por materiais domésticos encontrados e guardados pela Sra. Macionila de Oliveira (figura 8).



Figura 8: Algumas árvores que servem como marcos para as memórias e histórias das comunidades quilombolas. Comunidades: 1 e 2 Arapemã, 3 Sacacura, 4 Murumurutuba, 5 antiga comunidade de Palmares, 6 antiga comunidade de São Jorge, 7 territórios Maria Valentina e 8 Tiningú.



Fonte: Anne Rapp Py-Daniel e Cinthia dos Santos Moreira Bispo.

A história da Comunidade de Patos do Ituqui está ligada à ocupação da Fazenda Taperinha em todos os seus períodos. Os moradores expressam uma memória viva, passada de geração em geração, dos seus antepassados trabalhando no local. Ao visitar a comunidade mostramos o livro *Taperinha* de Nelson Papavero e William Overal (2011), os autores do livro fizeram um histórico completo da Fazenda que utilizamos frequentemente como referência. Um dos moradores, Alvino Selvo Almeida dos Santos (nascido em 1964), reconheceu seu tio, Antenor, em uma imagem contida no livro (p. 379). A espontaneidade do encontro reforça a forte ligação entre os comunitários e o território da Fazenda.

Um local bastante citado nos relatos sobre a formação da comunidade de Murumurutuba (Comm. Pess. Sra. Raimunda, 2017) diz respeito ao que chamam de “Cavada”, hoje uma aldeia Munduruku, os moradores afirmam que era nesse local que *“os seus ancestrais moravam antes, mas que tiveram que abrir mão do terreno e por isso, não entrou no processo de demarcação”*. Essa área é conhecida como o lugar onde eram praticados rituais. Segundo os moradores, *“tanto a família Aguinela (indígenas), quanto a Família dos Paulo (quilombolas) utilizavam as terras da Cavada”*.



## Reflexões sobre as ocupações na região

No momento atual, apesar dos descendentes das sociedades africanas representarem uma grande porcentagem da população amazônica, eles ainda são extremamente invisibilizados. A história dos quilombos, dos remanescentes de quilombos ou da presença de mulheres negras e homens negros no norte do país é mal conhecida e divulgada (SAMPAIO, 2011). Quando mencionada, parte dessa história é exposta pelo prisma da colonização, as interações entre as populações negras e indígenas e suas formas de resistência permanecendo mal-entendidas. Mesmo em textos recentes a população de origem africana no município de Santarém é tida como mínima nos relatos de naturalistas, da elite, ou pelos pesquisadores que se baseiam neles (SYMANSKI; GOMES, 2012, p. 67). Todavia, Funes (1995) que levou em consideração principalmente dados cartoriais, inventários e censos mostrou uma realidade bem diferente.

O termo “quilombo” vem sendo alvo de debates há algum tempo dentro das disciplinas sociais. A arqueologia tem uma grande responsabilidade nessa questão, pois, “quilombo” não deve se referir à presença de vestígios arqueológicos ou à necessidade de comprovação de filiação biológica (O'DWYER, 2016), é um termo cujo o significado foi profundamente influenciado pela história e objetivos daqueles que o descreveram (ALMEIDA, 2012). O que nos leva a seguinte pergunta: então como a arqueologia deveria proceder nesses locais? A primeira etapa seria entender que a identidade quilombola, no Brasil, se estabelece a partir de alguns pilares: como o uso comum da terra associada a uma história comum e um modo de vida vivido e compartilhado ligado ao processo de resistir/existir. A associação das populações quilombolas à terra e à resistência são tópicos recorrentes na descrição de importantes autores negros, como afirma Beatriz Nascimento, ou de arqueólogos que buscam promover os estudos arqueológicos como arenas de estudo sobre a resistência e não simplesmente sobre a escravidão (ALMEIDA, 2012, p. 15). Também é indispensável ressaltar que esses pilares nem sempre estão ligados a movimentos insurrecionais (SOUZA *et al.*, 2016) e que as comunidades, por razões históricas de perseguição, conflito, problemas socioambientais, etc., foram obrigadas a ter uma mobilidade muito grande, sendo muitas vezes mais acertado falar em territórios quilombolas do que locais geograficamente precisos<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> O ano de 2006 marca em distintos locais da Amazônia, Santarém, o vale do Guaporé (CARVALHO, 2018, p.20) ou no estado do Amazonas (FARIAS JUNIOR, 2011, p.147), a formação de associações para reivindicação dos processos de titulação das áreas quilombolas.



A busca por correlações diretas entre cultura material e as populações remanescentes de quilombo não pode desconsiderar a influência (e dominação) da população europeia (CARVALHO, 2018, p. 30). Além disso, como aponta Carvalho (2018, p. 31) se passaram muitos anos até que arqueólogos considerassem “...a possibilidade de afro-americanos reformularem sua cultura diante do contexto social em que estavam inseridos...”. Na Amazônia, como em vários outros quilombos no Brasil<sup>7</sup>, é imprescindível que se reflita de maneira mais aprofundada sobre a relação de africanos e indígenas. Se admite que contatos e interações existiam (vide vários exemplos em SYMANSKI, 2014), mas pensar nos mecanismos de resistência que essas populações, historicamente, criaram, ainda não são objetivos plenamente considerados na arqueologia. Conforme apontado em vários estudos, as formas de resistência são múltiplas e estão profundamente relacionadas aos contextos em que se desenvolveram os quilombos, se foram formados por indivíduos fugidos, por grupos que permaneceram no local das antigas fazendas ou até que receberam doações de terras (ALMEIDA, 2012). Como apontam Almeida (2012) e Funes (1995) as comunidades quilombolas normalmente valorizam a “palavra falada” e suas histórias de permanência e resistência são passadas através de gerações e servem de contraponto aos relatos escritos, produzidos com o intuito de desvalorizar a história de afrodescendentes (ALMEIDA, 2012).

Se recuarmos a linha temporal vemos, tanto pelos relatos históricos quanto pelas pesquisas arqueológicas iniciadas por Curt Nimuendajú (1952), que a região de Santarém era densamente povoada por populações indígenas numerosas, sendo os Tapajó os mais conhecidos. Todavia, queremos chamar atenção para um elemento, as sociedades indígenas não deixaram de existir, como muitas vezes é implícito nessas abordagens cronológicas (RAPP PY-DANIEL; MORAES, 2019). Ao menos treze etnias<sup>8</sup> vivem ainda hoje nas proximidades dos rios Tapajós e Arapiuns (FUNAI, <http://www.funai.gov.br/index.php/apresentacao-tapajos>) – fora representantes de outras etnias que vieram morar na região nas últimas décadas. O fato dos relatos nas comunidades quilombolas indicarem a presença de indígenas, que ainda há aldeias nas proximidades e os assentamentos mais antigos quilombolas serem exatamente sobre locais de TPAs é um indicador interessante para continuidade ou para o aproveitamento de um local transformado e entendido como “melhor, ou mais adequado”.

---

<sup>7</sup> Vide a história de formação de Kalunga no estado de Goiás Baiocchi (1995/1996), o quilombo Piolho no Guaporé (ALMEIDA, 2012) e as interpretações de Funari (2001) sobre o Quilombo dos Palmares.

<sup>8</sup> De acordo com o site da FUNAI as seguintes etnias são encontradas na região do Baixo Tapajó/Santarém: Arapium, Munduruku, Apiaká, Maytapu, Cumaruara, Jaraqui, Tupinambá, Borari, Cara-preta Munduruku, Tapuia, Arara-Vermelha (Arapiranga), Tapajó e Tupaiú.



A partir dos dados arqueológicos sabe-se que as ocupações indígenas nessa região remontam há pelo menos 8 mil anos (ROOSEVELT *et al.*, 1991). A longevidade dessas ocupações faz com que a grande maioria dos vestígios e sítios arqueológicos encontrados sejam ou tenham uma forte influência indígena. O meio ambiente como um todo foi e é extremamente significativo para compreender as escolhas de implantação no local. Temos vários exemplos disso: a criação e o uso da TPA; formação e posterior uso dos sambaquis como material construtivo; manejo e uso de plantas; criação de canais, etc. Essas influências indígenas foram diretas e indiretas. Por influências indiretas pensamos nos ambientes enriquecidos por milhares de anos e que continuam apoiando a economia regional relacionada ao manejo (RAPP PY-DANIEL; MORAES, 2019; SHOCK; MORAES, 2019).

Outro elemento importante constatado é a dinâmica da formação do solo influenciando o padrão de ocupação e fazendo com que toda uma região – e não comunidades restritas espacialmente – seja necessária para permanência. Relacionado, a perenidade de algumas árvores na paisagem marca as memórias atuais e localizam eventos, residências antigas e acontecimentos, elas são verdadeiras referenciais para acionar as memórias. A presença de árvores amazônicas (ex. cacau, castanheiras, etc.) correlacionadas a árvores introduzidas mais recentemente (ex. mangueiras) são marcadores fortes e nos indicam transições entre as ocupações antigas até as atuais.

Ademais, como vimos, os diferentes tipos de ocupações identificados não se excluem e podem acontecer próximos ou mesmo uns sobre os outros. Como aponta Almeida (2012, p. 23), “... estudados enquanto palimpsestos de ocupação, os territórios quilombolas permitem pensar contextos de reutilização de estruturas e artefatos (PANJA, 2004, p. 112).”

Essas constatações nos levam a pensar que as periodizações aplicadas precisam ser revistas, a exclusão sistemática de populações não indígenas desse processo ou a não compreensão do processo extremamente complexo do que foi o contato, não tem permitido uma compreensão adequada dos vestígios relacionados às populações amazônicas como um todo. E, mais importante, tem levado a invisibilização das populações negras da região.

Muitos questionamentos permanecem em aberto. Escavações e datações precisam ser realizadas para melhor entendermos como se deram as interações no âmbito da cultura material entre as populações indígenas e negras, sem esquecer que parte das pessoas escravizadas em Santarém também eram indígenas (FUNES, 1995).

Nesse momento a região está presenciando o aumento significativo de sojicultores em grande escala e a criação de gado em pequena escala. Enquanto que as fazendas de gado estão



no interior da região, as fazendas de soja estão margeando as comunidades no planalto, algumas mesmo dentro da área solicitada para titulação das comunidades. A presença desses ocupantes na região está associada a muitos conflitos e os comunitários denunciam a urgência da regularização fundiária no local.

Essa situação nos leva a pensar sobre o papel da arqueologia no âmbito desses conflitos. Até o presente um dos mecanismos de atuação que encontramos é tornar os resultados dos estudos conhecidos e fomentar a apropriação deles por parte das comunidades. Por fim, apesar de todas as dificuldades terminamos com uma nota mais feliz, no sentido de que, finalmente, arqueólogos e quilombolas estão estudando arqueologia, estão conduzindo pesquisas e mudando os paradigmas de como se fazer pesquisas plenamente colaborativas.

## Agradecimentos

Agradecemos ao CNPq pelo financiamento; à UFOPA pelas bolsas de iniciação à Pesquisa e à Extensão; especialmente às comunidades, aos conselhos comunitários, à Federação das Organizações Quilombolas de Santarém e à Malungo pela parceria.

## Referências bibliográficas

ALMEIDA, Fabio Guaraldo. **Terra de Quilombo: arqueologia da resistência e etnoarqueologia no território Mandira, município de Cananéia/SP**. 2012. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

BALÉE, William L. **Advances in historical ecology**. Columbia University Press, 2002.

BAIOCCHI, Mari de Nasaré. **Kalunga-a sagrada terra**. 1996. Disponível em <https://repositorio.bc.ufg.br/handle/ri/14107>. Acesso em: 04/08/2023.

BETTY, Meggers. **Amazonia: Man and Culture in a Counterfeit Paradise**. Smithsonian Institution Scholarly Press, Chicago, 1971.

CARVALHO, Patrícia Marinho. **Visibilidade do negro: arqueologia do abandono na comunidade quilombola do Boqueirão-Vila Bela/MT**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

DENEVAN, William M. A bluff model of riverine settlement in prehistoric Amazonia. **Annals of the association of American geographers**, v. 86, n. 4, p. 654-681, 1996.

EDGEWORTH, Matt. More than just a record: Active ecological effects of archaeological strata. In: Ed. Souza, Marcos; Costa, Diogo, **Historical Archaeology and Environment**. Springer, Cham, 2018. p. 19-40.



- FARIAS JÚNIOR, Emmanuel de Almeida. Quilombolas no Amazonas: do Rio dos Pretos ao Quilombo do Tambor. In: Sampaio, Patrícia (Organizadora). **O fim do silêncio: presença negra na Amazônia**. Belém: Editora Açaí, p. 155-161, 2011.
- FUNARI, Pedro Paulo A. Heterogeneidade e conflito na interpretação do Quilombo dos Palmares. **Revista de História Regional**, v. 6, n. 1, 2001.
- FUNES, Eurípedes Antônio. **Nasci nas matas, nunca tive senhor—História e memória dos mocambos do Baixo Amazonas**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1995.
- HARADA, Henry Pereira. **A casa-grande da fazenda Taperinha. Taperinha: histórico das pesquisas de história natural realizadas em uma fazenda da região de Santarém, no Pará, nos séculos XIX e XX**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2011.
- HARRIS, Mark. Sistemas regionais, relações interétnicas e movimentos territoriais—os Tapajó e além na história ameríndia. **Revista de Antropologia**, v. 58, n. 1, p. 33-68, 2015.
- HARTT, Charles Frederik. Contribuições para a ethnologia do Valle do Amazonas. **Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro**. Vol. VI, Rio de Janeiro: Typ. e Lith. Economica, de Machado & C, 1885.
- LATHRAP, Donald W. **The upper amazon**. Southampton: Thames & Hudson, 1970.
- LIMA, Aldo Luciano Corrêa de. Terra de Negro—Preta Terra: O Uso Da Terra Preta Como Instrumento de Fortalecimento da Identidade Quilombola No Município De Santarém. **Amazônica-Revista de Antropologia**, v. 5, n. 1, p. 196-200, 2013.
- MAGALHÃES, Marcos Pereira. The long indigenous history in the eastern amazon (Pará-Brazil). **Journal of Historical Archaeology & Anthropological Sciences**, n. 5, p. 197-199, 2019.
- MORAES, Claide de Paula. O determinismo agrícola na arqueologia amazônica. **Estudos avançados**, v. 29, n. 83, p. 25-43, 2015.
- NEVES, Eduardo. **Sob os tempos do equinócio: oito mil anos de história na Amazônia Central (6.500 AC—1.500 DC)**. São Paulo, Brazil: Universidade de São Paulo, 2012.
- NUNES, Patrícia Portela; O'DWYER, Eliane Cantarino. **Relatório Antropológico de Identificação Remanescentes de Quilombo do Arapemã Residentes no Maicá**. Relatório Entregue ao INCRA. 2011.
- O'DWYER, Eliane Cantarino. Terras de quilombo no Brasil: direitos territoriais em construção. In: Edileuza Penha de Souza; Georgina Helena Lima Nunes; Willivane Ferreira de Melo. (Org.). **Memória, Territorialidade e Experiências de Educação Escolar Quilombola no Brasil**. 1 ed. Pelotas: UFPel, 2016, v. 1, p. 45-54.
- O'DWYER, Eliane Cantarino; SILVA, Katiane. Anthropological practices, inter-group conflicts and shared colonial experiences in a regional context of the Lower Amazon. **Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology**, v. 17, 2020.
- PAPAVERO, Nelson; OVERAL, William L. **Taperinha: histórico das pesquisas de história natural realizadas em uma fazenda da região de Santarém, no Pará, nos séculos XIX e XX**. Museu Paraense Emílio Goeldi, 2011.
- PAXIUBA, Carla; FREITAS, Isadora; PORTELA, Juliana; ARANTES, Luana; XIMENES, Lucas; PINHEIRO, Lucineide; SOUSA, Sara. **Análise Crítica do Relatório de Impacto Ambiental –RIMA**



**do Porto do Maicá.** Artigo apresentado no Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Desenvolvimento e Natureza, Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2017.

RAPP PY-DANIEL, Anne; MORAES, Claide de P. Lifetimes of human occupations in Amazonia: rethinking the human presence and landscape transformations. **CIRAS discussion paper No. 90: Lifetime of Urban, Regional and Natural Systems: examining examples from Brazil and Japan**, v. 90, p. 39-48, 2019.

RODRIGUES, João Barbosa. O muyrakyta: estudo da origem, asiática, da civilização do Amazonas nos tempos pré-históricos. **Typ. do Amazonas**, 1889.

ROOSEVELT, Anna C., HOUSLEY, R. A., DA SILVEIRA, M. I., MARANCA, S., & JOHNSON, R. Eighth millennium pottery from a prehistoric shell midden in the Brazilian Amazon. **Science**, v. 254, n. 5038, p. 1621-1624, 1991.

SAMPAIO, Patrícia Maria Melo (Ed.). **O fim do silêncio: presença negra na Amazônia.** Editora AÇAÍ/CNPq, 2011.

SHOCK, Myrtle Pearl; MORAES, Claide de P. **A floresta é o domus: a importância das evidências arqueobotânicas e arqueológicas das ocupações humanas amazônicas na transição Pleistoceno/Holoceno.** Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 14, n. 2, p. 263-289, 2019.

SOUZA, Marcos André Torres de; COSTA, Diogo Menezes (Ed.). **Historical Archaeology and Environment.** Springer International Publishing, 2018.

SOUZA, Edileuza P.; NUNES, Georgina Helena Lima; MELO, Willivane F. Quilombo, Memória e Território, reflexões sobre a educação escolar. In: SOUZA, Edileuza Penha, NUNES, Georgina Helena Lima, MELO, Willivane Ferreira. (Org.). **Memória, Territorialidade e Experiências de Educação Escolar Quilombola.** 1ed. Pelotas: Editora UFPEL, p. 7-238, 2016.

SYMANSKI, Luís Cláudio P. A arqueologia da diáspora africana nos Estados Unidos e no Brasil: problemáticas e modelos. **Afro-Ásia**, n. 49, p. 159-198, 2014.

SYMANSKI, Luís Claudio Pereira; GOMES, Denise Maria Cavalcante. Mundos mesclados, espaços segregados: cultura material, mestiçagem e segmentação no sítio Aldeia em Santarém (PA). **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 20, n. 2, p. 053-090, 2012.

TAVARES, Paulo. **Memoria da Terra: Mapeamento e análise do processo de despossessão e remoção do povo Xavante Marãiwatsédé.** Ed. Autônoma. Brasília, 2017.

TROUFFLARD, Joanna. Cerâmicas da cultura Santarém, Baixo Tapajós. **Cerâmicas Arqueológicas da Amazônia: rumo a uma nova síntese.** Belém: IPHAN, p. 237-252, 2016.

URUSHIMA, Andrea, F.; DE JONG, Wil. Rethinking systems: enlarged temporal and spatial scale of socio-natural interactions. **CIRAS discussion paper No. 90: Lifetime of Urban, Regional and Natural Systems: examining examples from Brazil and Japan**, v. 90, p. 9-11, 2019.

WATLING, Jennifer et al. Direct archaeological evidence for Southwestern Amazonia as an early plant domestication and food production centre. **Plos One**, v. 13, n. 7, p. e0199868, 2018.